



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREGÃO
ELETRÔNICO

050/2025

OBJETO

TEM COMO OBJETO ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E INSTRUMENTOS DE USO, VISANDO GARANTIR O PERFEITO FUNCIONAMENTO E MELHOR ATENDIMENTO AOS PACIENTES ATENDIDOS NOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS, NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 04/07/2025 às 08:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

A LICITAÇÃO será EXCLUSIVA para ME/EPP, CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E ALTERAÇÕES, E AINDA, OBSERVANDO O DISPOSTO NO ART. 4º, § 2º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 (devendo apresentar declaração – modelo no anexo VI)



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2025
EDITAL Nº 067/2025

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Muriaé, com sede na Avenida Maestro Sansão, nº 236, bairro Centro, Muriaé-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 17.947.581/0001-76, por meio do Pregoeiro GILMAR MENDES CERQUEIRA JUNIOR e sua Equipe designada por Decreto Municipal nº 13.212/2025, torna público a abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2025, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025 por Sistema de Registro de Preços, tipo menor preço, com JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM, regido pela Lei 14.133/2021 e suas alterações, Lei complementar 123/2006 e suas alterações, Lei Municipal nº 5.446/2017 e suas alterações, Decretos Municipais nº 12.040, 12.041, 12.042, 12.043 e 12.044 de 16/06/2023, Decretos Municipais 12.333 e 12.335 de 10/11/2023, aplicação subsidiária da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de Setembro de 2022 e demais disposições aplicáveis, bem como os regulamentos pertinentes e pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

A) O Edital prevê o procedimento a ser observado pelo licitante em caso de dúvida de caráter técnico ou legal na interpretação de seus termos. A apresentação da proposta presume pleno conhecimento, entendimento e aceitação de todas as condições por parte da licitante e nos termos da lei, implica na sua aceitação automática, integral e irretratável, motivo por que, após este ato, a Administração não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.

DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: **04/07/2025 às 08horas 30 minutos**

FIM DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **04/07/2025 às 08horas 29 minutos**

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal de Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br

MODO DE DISPUTA: **ABERTO E FECHADO**

JULGAMENTO: **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: Os licitantes deverão cadastrar proposta de preço, exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos para início da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

Eventuais informações poderão ser obtidas pelo telefone: (32) 3696-3317 ou por email: licitacao@muriae.mg.gov.br.

ÁREA SOLICITANTE

✓ Secretaria Municipal de Saúde

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I – Termo de Referência ;

ANEXO II- Modelo de proposta ;

ANEXO III – Termo de Adesão – BNC;

ANEXO IV – Custo pela utilização do sistema;

ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada;



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



ANEXO VI – Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP e cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.;

ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços

1 - DO OBJETO

1.1 Tem como objeto através do Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças para manutenção de equipamentos odontológicos e instrumentos de uso, visando garantir o perfeito funcionamento e melhor atendimento aos pacientes atendidos nos Consultórios Odontológicos, no Município de Muriaé-MG.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.2 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.2.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.2 - Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.3 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.4 - Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021

2.2.5 - Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.6 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.

2.3 –O instrumento convocatório estará disponibilizado no endereço: www.muriae.mg.gov.br, www.bnc.org.br e também no site do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1.

2.3.1 A publicação deste edital de licitação obedecerá ao disposto na Lei 14.133/2021 e suas alterações bem como às disposições contidas no Decreto Municipal nº 12.040/2023.

2.4 - As empresas e/ou representantes que obtiverem o instrumento convocatório via se obrigam a acompanhar as publicações no site da Prefeitura de Muriaé: www.muriae.mg.gov.br, com vista a possíveis alterações e avisos.

3 - DA REPRESENTAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DO ENQUADRAMENTO “ME OU EPP”

3.1 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ao Portal BNC - Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para início da sessão, devendo assinalar em campo próprio do sistema o tipo de enquadramento.

3.2 - CADASTRAMENTO:



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



a) O cadastramento do licitante na Plataforma BNC deverá ser requerido, acompanhado do instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras (**"Termo de Adesão" - ANEXO III**);

a.1) O Termo de Adesão é de uso exclusivo da plataforma BNC, para fins de cadastramento.

b) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras, **Anexo III**.

3.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte, que deseja usufruir dos benefícios de regularização de documentação e /ou critério de desempate, além do preenchimento do item 07 da declaração constante no **Anexo V**, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006 e alterações.

4 - DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME E CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

4.1 - O certame será conduzido pelo pregoeiro, com o auxílio de no mínimo 01 (um) integrante da equipe de apoio.

4.2 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado (sócio ou procurador através de instrumento de mandato), para representá-la junto ao portal da Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br

4.3 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5 - A chave de identificação e a senha do operador poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.6 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica à responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

4.8 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da empresa licitante) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



4.9 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10 - A proponente responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.11 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo atendimento a fornecedores do Portal BNC através do telefone (42) 3026-4550 (WhatsApp) ou pelo e-mail contato@bnc.org.br

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 – O licitante interessado, após a divulgação deste Edital, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Pregão Eletrônico, a proposta comercial, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.1.1 – A empresa participante do certame não deve ser identificada.

a) No campo Marca/Modelo/Fabricação: A marca indicada a fornecer NÃO poderá identificar a empresa participante, ou seja, se for marca da participante, deverá preencher no campo marca, a expressão "PRÓPRIA".

5.2 - O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

5.4.1. A empresa deverá apresentar declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme determina art. 63, §1º da Lei 14.133. **(Modelo no ANEXO V da declaração unificada, no qual deverá ser apresentada junto com os documentos de Habilitação).**

5.4.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



5.8 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1. Valor unitário;
- 6.1.2. Valor global;
- 6.1.3 – Marca e Modelo

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do 'objeto' licitado.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicado no Termo de Referência.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCE

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e ou do lote.

- O pregoeiro poderá realizar o fracionamento dos itens que seguirão para etapa de lances levando em consideração o número total de itens presentes na licitação, a fim de garantir uma melhor dinâmica ao certame, possibilitando que os licitantes consigam ofertar lances simultâneos em todos os itens.

7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo), nos termos do art. 57, da Lei 14.133 c/c art. 22, §1º, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de Setembro de 2022.

7.8 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto e fechado"**, conforme Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de Setembro de 2022, que normatiza:

Art. 24. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 22, a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Após a etapa de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º No procedimento de que trata o § 2º, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

§ 4º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no § 3º.

§ 5º Encerrados os prazos estabelecidos nos §§ 2º e 4º, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 22.

7.9 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



7.10 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11 - Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.12 - Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação

7.13 - O Critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.14 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Em casos de licitação de ampla competição, o pregoeiro adotará os seguintes critérios (subitens 7.15 ao 7.19):

7.15 - Se houver itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.16 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.21 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



7.22.1- Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item 7.22.

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; [\(Vide Decreto nº 11.430, de 2023\)](#) [Vigência](#)

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

§ 2º As regras previstas no **caput** deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

7.23 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.24 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

7.24.1- Caso o lance vencedor esteja acima do valor médio ou inferior ao desconto definido para a contratação, o licitante será convocado para adequar sua proposta, devendo se manifestar no prazo de até 30 minutos, a contar da convocação, sobre a aceitação da negociação, sob pena de desclassificação.

7.24.1.1 - O prazo indicado no item acima poderá ser prorrogado por igual período mediante solicitação expressa do licitante, desde que essa seja feita dentro do prazo de 30 minutos.

7.25 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no § 2º do art. 22 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no item 7.22.

7.26 - Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.27 - Desde que previsto no edital ou termo de referência, o órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



7.28 - Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1- Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 30, 33 e 34 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

8.1.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas do (s) produto (s) não atendam ao edital, o agente de contratação ou a comissão de contratação procederá com a desclassificação do licitante classificado em 1º lugar e analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das especificações exigidas e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.1.2 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.2 - No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

8.3- No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.4- No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.5- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 8.4, só será considerada após diligência do pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.6 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7 - Sendo o licitante vencedor convocado, por meio de diligência, para comprovar a exequibilidade de sua proposta, esta poderá ser feita por meio de contratos, notas fiscais ou outro documento que entender ser hábil para tal comprovação, observado o disposto no item 8.5, podendo demonstrá-la, inclusive, por meio de simples declaração.

8.7.1 - O prazo para comprovação da exequibilidade da proposta será de 02 (DUAS) horas, prorrogável por igual período, desde que solicitado pelo licitante antes de findado o prazo.

8.8 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9 - Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10 - O pregoeiro ou a comissão de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



8.11 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (se houver), sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13 - Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta de que trata o art. 29 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, o pregoeiro ou a comissão de contratação, quando o substituir, verificará a documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 9 do Edital.

9 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1 - ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2 - conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2 - A prorrogação de que trata o item 9.1, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

II - de ofício, a critério do pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

9.3 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como seguros, responsabilidades e demais informações, vinculam a proponente.

9.4 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II da Lei nº 14.133/2021).

9.4.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.5 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.6 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam nos itens 10.4 a 10.8 deste Edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

10.1.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados ao fornecedor mais bem classificado na fase de lances, que deverá anexá-los na plataforma de disputa, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação a ser feita pelo pregoeiro ou pela Comissão de Contratação.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



10.1.2- Os documentos de habilitação que contenham assinatura exigidos no edital deverão ser encaminhados *devidamente assinados* **(preferencialmente assinado de forma eletrônica ou autenticada de forma digital)**.

10.1.3 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).

10.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992,

10.3.1 O artigo prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

10.3.1.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.3.1.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

10.3.2 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 Habilitação jurídica:

10.4.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.2 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.4.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.4.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



10.5 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

10.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ)

10.5.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos do domicílio ou sede da licitante.

10.5.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos do domicílio ou sede da licitante.

10.5.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos do domicílio ou sede da licitante.

10.5.5 Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa.

10.5.6 Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho – mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, conforme o estabelecido na Lei Federal Nº 12.440 de 07 de julho de 2012.

10.5.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5.8 Em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, declaração de que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; **modelo da Declaração Unificada (Anexo V).**

10.5.9 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Inciso IV, Art. 63, Lei nº 14.133 de 2021; **modelo da Declaração Unificada (Anexo V).**

10.6 Qualificação Econômico-Financeira.

Justificativa

Considerando que nos termos do art. 69 da Lei Federal 14.133/2021, a habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato e que tal deve ser aferida de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos, surge a necessidade, portanto, de exigir neste edital documentos hábeis a possibilitar tal análise e comprovação.

Sobre o tema, o TCE/MG prefixou tese no julgamento da Consulta nº 1148573, datada de 12/06/2024, a saber:

a. A depender do objeto contratado e da situação fática que ensejou a contratação, a Administração tem discricionariedade para definir os parâmetros adequados de aptidão econômica do licitante e, consequentemente, exigir a documentação indispensável para o seu reconhecimento;

b. Optando-se, nos termos do caput do art. 69 da Lei 14.133/2021, pela definição de coeficientes e índices econômicos no edital como parâmetro de verificação da qualificação econômico-financeira, a Administração deverá exigir dos licitantes os balanços, demonstrativos e demais documentos contábeis descritos no inciso I do mesmo artigo, uma vez que é a partir dos dados registrados em tais documentos legais que são calculados os coeficientes e índices estabelecidos no edital, tornando-se documentação indispensável à sua comprovação;

c. Os documentos previstos nos parágrafos 1º, 3º e 4º do art. 69 da Lei 14.133/2021 não possuem, de maneira isolada, a capacidade de assegurar, com acertado grau de confiança e transparência, a aptidão econômica do futuro contratado, de modo que sua exigência, justificada e a depender das características do objeto licitado e da situação fática que tenha ensejado a contratação, deve ocorrer sempre em complementariedade aos documentos que constam no inciso I do caput do mesmo artigo, para que assim tenha real utilidade na comprovação da capacidade econômico-financeira do licitante e possibilite o exercício da conferência e controle por parte das linhas de defesa da Administração e dos demais licitantes.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



Diante disso, elaborada a fase interna de contratação, foi apontado pela equipe de planejamento que, com base na complexidade do objeto licitado e/ou do valor despendido para a contratação, surge a necessidade de aferição da situação econômico-financeira do futuro contratado.

Assim, nos termos da orientação do TCE/MG, o presente edital determinará os seguintes índices e coeficientes econômicos para embasar a análise necessária, exigindo, portanto, os documentos necessários para tal aferição.

10.6.1 – Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, devidamente protocolado/registrado na Junta Comercial ou apresentado via SPED.

a) Destaca-se que a apresentação do balanço patrimonial é obrigatória, inclusive para as empresas ME/EPP ou equiparadas, ficando dispensada de apresentação APENAS em licitações cujo objeto se trate de fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, nos termos do art. 3º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

b) As empresas criadas no mesmo exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do §1º do art. 65 da Lei 14.133/2021.

c) Comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa mediante a aplicação das seguintes fórmulas e obtendo como resultado o valor de $\geq 1,0$, sendo o RESULTADO MÍNIMO:

$LG \geq 1,0$ / $SG \geq 1,0$ / $LC \geq 1,0$.

Esclarecimentos:

Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

Índice de Solvência Geral (ISG) expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo. Para os três índices colacionados (ILG, ISG e ILC), o resultado " $> 1,00$ " (maior ou igual a um) é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc), melhor será a condição da empresa.

ÍNDICES CONTÁBEIS - Situação - ILG, ISG e ILC $<$ (menor) que 1,00 a empresa é deficitária; 1,20 a 1,35 a empresa é equilibrada; (maior) que 1,35 a empresa é satisfatória.

A Administração tem que contratar com empresas que tenham possuem condições financeiras satisfatórias.

A principal forma de se aquilatar isso é através da análise dos balanços contábeis, com vistas a identificar a capacidade da empresa de arcar com o compromisso assumido de forma relativamente independente da Administração Pública.

A lei tem o caminho de afastar as empresas que se mostram totalmente dependentes da Administração para honrar os compromissos. Assim, a análise do Balanço Comercial deve demonstrar que a empresa tem disponibilidade de caixa para honrar compromissos, ou no mínimo condições a curto prazo.

No caso do objeto licitado, em que a demanda por recursos é grande devido para a execução do objeto, a questão não é a empresa deter patrimônio suficiente para fazer frente à magnitude das obrigações assumidas, mas sim a capacidade de transformar esse patrimônio em numerário.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



Diante de todo o exposto, conclui-se que os índices adotados neste edital retratam situação financeira equilibrada e que aumentam consideravelmente o universo de competidores: ILG: maior ou igual a 1,00; e ISG: maior ou igual a 1,00.

Portanto, tendo em vista o objeto licitado, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

Os índices acima foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes. O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações.

De curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa. O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

Os índices estabelecidos permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis. Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais fez que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação EQUILIBRADA é o mínimo que o Município deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato.

Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um "mínimo" de segurança na contratação.

O licitante que apresentar índice econômico menor do que o estabelecido poderá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado da contratação.

10.6.1.1 - Os documentos referidos no item 9.6.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.6.2 - Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.7 Declarações

10.7.1-Declaração Unificada contendo:

- a) Atendimento às Leis Municipais nºs 5.446/2017 e 5.524/2017;
- b) Declaração de Inidoneidade;
- c) Declaração de Habilitação;
- d) Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso III do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil. Declaração De Não Utilização De Mão De Obra Infantil;
- e) Declaração de Responsabilidade;
- f) Declaração de que NÃO possui impedimentos e vedações de participação e contratação pelos motivos dispostos no Art. 33 da Lei Orgânica Municipal e no Art. 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) Declaração de ME/EPP, acrescida do comprovante de enquadramento que poderá ser realizado das seguintes formas:
 - a. Quando a empresa for optante pelo Simples Nacional: comprovante da opção pelo Simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal; ou



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



- b. Quando a empresa não for optante pelo Simples Nacional: prova através de documento expedido através da junta comercial (Certidão Simplificada de Micro Empresa).

Observação: A exigência constante na alínea g somente será necessária, caso a empresa licitante tiver assinalado o regime ME/EPP OU EQUIPARADA no sistema e for utilizar dos benefícios contidos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Arts. 43,44 e 45).

- h) Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme determina art. 62, §3º da Lei 14.133/2021.
- i) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do §1º do art. 63, da Lei 14.133/2021.

10.7.2 - Declaração de Condição de ME ou EPP e cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. (ANEXO VI)

10.8 Habilitação complementar

10.8.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo sob as condições do Art. 64 da Lei nº 14.133 de 2021 e seus incisos;

10.8.2 Fica garantido o tratamento diferenciado às microempresas – ME, e empresas de pequeno porte – EPP, nos termos da LC123/2006.

10.9. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.10 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.11 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.12 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro ou Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.13 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.14 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.15 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



10.16 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.17 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.17.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações de atualizações fiscais para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

10.17.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.18 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.19 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.20 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.21 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.22 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

10.23 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.24 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

10.25- As certidões exigidas que não contiverem expresse o prazo de validade, não poderão ter data anterior a 180 (cento e oitenta) dias da data do recebimento das propostas.

10.26 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

11 – DOS RECURSOS

11.1 – Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 30 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor, observando o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



11.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, da ata de julgamento.

11.3 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.4 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1- O pregoeiro ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

12.2- A comissão de contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do §1º do art.64 da Lei 14.133/2021.

12.3- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens 12.1 e 12.2, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - O desembolso se fará mediante a rubrica da Dotação Orçamentária:

02.06.02-3390.30.00-10.301.0037-2.119	1.500.95
02.06.01-3390.30.00-10.301.0037-2.411	1.600.99
02.06.01-3390.30.00-10.302.0040-2.138	1.621.99



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



15 – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

15.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente licitação.

16 – DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. A assinatura do presente documento será preferencialmente digital, podendo também a empresa convocada comparecer perante ao setor de Licitação PREFEITURA DE MURIAÉ - Avenida Maestro Sansão, nº 236, 3º andar, bairro Centro, Muriaé-MG, para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

16.2.1 - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

16.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e no Diário Oficial do Município e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.5 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ou prestação dos serviços nas condições estabelecidas no instrumento convocatório e na sua proposta, mas não obrigará a contratação, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

16.6 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, nos termos art.15, §3º, I do Decreto Municipal nº 12.335/2023.

16.7 A ARP deverá conter, dentre outras disposições, o órgão ou a entidade gerenciadora, o detentor, o objeto registrado, o valor total, os órgãos ou as entidades participantes, os preços unitários de mercado e registrados, as marcas registradas e os endereços de entrega, as obrigações, as sanções, as condições a serem praticadas e a diferença percentual entre o preço de mercado e o registrado, quando for o caso.

16.8.1. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

16.8 Antes de formalizar Ata de Registro de Preços/Contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo., nos termos do §4º do artigo da Lei 14.133/2021.

16.9 A prefeitura, por meio da Secretaria requisitante se reserva no direito de rejeitar o produto fornecido, caso esteja em desacordo com as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à licitante contratada sua substituição imediatamente, sob pena de multa por atraso e/ou sua suspensão do contrato, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



16.10 Da utilização da Ata de Registro de Preços (não participantes), sendo permitida a adesão, caso haja interesse, durante a sua vigência, pelo DEMSUR e FUNDARTE, nos termos do Decreto Municipal nº 12.335/2023.

16.10.1. A adesão à ARP deverá ser precedida de manifestação formal de interesse junto ao órgão ou à entidade gerenciadora do registro de preços que, no caso de deferimento, indicará os quantitativos disponíveis, respectivos preços e marcas a serem praticados e os detentores.

16.10.2 Caberá ao detentor da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do novo fornecimento ou da nova prestação do serviço, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

16.10.3 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP.

16.10.4 As aquisições a que se refere o item 16.11.3 não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

17 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

17.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

17.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

17.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

17.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

17.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

17.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.3. A convocação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva se dará quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.3.1. quando o licitante vencedor for convocado e não assinar a ARP no prazo e condições estabelecidos, nos termos do art. 15 §3º, I do Decreto Municipal nº 12.335/2023; ou

17.3.2. for cancelado o registro de preços, total ou parcialmente, do detentor da ARP. nos termos do art. 15, §3º, II do Decreto Municipal nº 12.335/2023.

17.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização, na forma prevista no edital, poderá:

17.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

17.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18 - CONTRATO

18.1. A administração poderá transformar a Ata de Registro de Preços em Contrato, nos termos da lei.

19 – DAS OBRIGAÇÕES

19.1 - As obrigações são aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

20 – DO PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



20.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura (inclusive arquivo XML – Nota Fiscal Eletrônica) pela Contratada, que deverá corresponder aos produtos entregues e devidamente atestados pelo setor competente.

20.1.1 - O pagamento será via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela adjudicatária, que deverá indicar na Nota Fiscal o banco, número da conta e agência com a qual opera. A Prefeitura não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

20.2 - Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

20.3 - A cada pagamento efetuado pela Prefeitura de Muriaé, a adjudicatária deverá comprovar sua regularidade fiscal com o Sistema de Seguridade Social – INSS e FGTS. Tal comprovação será objeto de confirmação "ON-LINE", sendo suspenso o pagamento caso esteja irregular no referido sistema. No caso de empresas estabelecidas no município de Muriaé, a adjudicatária deverá comprovar regularidade com o Município, através da apresentação da CND Municipal.

21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 O fornecedor responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - advertência;

II – multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.1.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal 12.041/2023.

21.1.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 21.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea "a" do item 21.1.

21.2 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I – descumprimento de pequena relevância;

II – inexecução parcial de obrigação contratual.

21.3 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

21.3.1 Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação, calculado conforme regulamento municipal.

21.4. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- I – retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;
- II – descontado do valor da garantia prestada;
- III – pago por meio de Documento de Arrecadação; ou
- IV – cobrado judicialmente.

21.5. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período de até dois anos.
- II - dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período de até três anos.
- III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período de até dois meses.
- IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena – impedimento pelo período de até quatro meses.
- V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.
- VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. Pena – impedimento pelo período de até um ano.

21.6. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena – até quatro anos.
- II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena – até seis anos.
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – até seis anos.
- IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena – até cinco anos.
- V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – até seis anos.

21.6.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal 12.041/2023, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



21.7. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

21.8 O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

21.8.1 Não se aplica a regra prevista no item 21.8 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

21.8.2 - O disposto no item 21.8 desse artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

21.9 Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

21.9.1 São circunstâncias agravantes:

I – a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II – o conluio entre fornecedores para a prática da infração;

III – a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV – a reincidência.

V – a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no art. 11 do Decreto Municipal nº 12041/2023

21.9.2 Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

21.9.3 Para efeito de reincidência:

I – considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

III – não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

21.9.4 São circunstâncias atenuantes:

I – a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

III – reparar o dano antes do julgamento;

IV – confessar a autoria da infração.

21.9.5 Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

22 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame na plataforma BNC.

22.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



22.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão, obrigatoriamente, ser realizados por forma eletrônica, através de campo próprio na plataforma BNC.

22.3.1 Excepcionalmente serão aceitas impugnações ou pedidos de esclarecimento através do e-mail licitacao@muriae.mg.gov.br desde que devidamente comprovada a impossibilidade de ser feito através da plataforma BNC.

22.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos do §1º do art. 55 da Lei 14.133/2021.

23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão poderá ser remarcada, conforme comunicação a ser efetuada pelo Pregoeiro na plataforma eletrônica, site da Prefeitura de Muriaé e Diário Oficial.

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10 O Edital e seus anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) nos endereços eletrônicos www.bnc.org.br e www.muriae.mg.gov.br e nos dias úteis (13:00 às 17:00 horas), no Setor de Licitação da Prefeitura de Muriaé.

23.11 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

23.12 A presente licitação poderá ser revogada em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sendo anulada



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem qualquer tipo de indenização.

23.13 Eventuais informações poderão ser obtidas pelo telefone 32 3696-3317 ou por email: licitacao@muriae.mg.gov.br

23.14 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes de Decreto, Leis e portarias relacionadas com esta modalidade de licitação.

23.15 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o Foro da Comarca de Muriaé-MG, com exclusão de qualquer outro.

Muriaé - MG, 13 de junho de 2025

Luiza Agostini de Andrade
Secretário Municipal de Administração



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Saúde

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1.1 OBJETO

Tem como objeto através do Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças para manutenção de equipamentos odontológicos e instrumentos de uso, visando garantir o perfeito funcionamento e melhor atendimento aos pacientes atendidos nos Consultórios Odontológicos, no Município de Muriaé-MG.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1) Tipo de licitação: Menor Preço unitário, com intervalo de lances de R\$ 0,01.
- 2) Exclusividade/Benefício ME – Micro Empresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte (Art. 48, Lei complementar 123/2006): O dispositivo legal orienta a oferecer um tratamento diferenciado em benefício de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, devidamente respaldado no Estatuto Nacional da ME/EPP (Lei Complementar n.º 123/2006), que, com o advento da Lei Complementar n.º 147/2014, **transformou em obrigatórios determinados dispositivos de tal normativa que, até então, tinham incidência opcional**. À vista disso é o art. 48 da LC n.º 123/2006, a seguir transcrito:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I-Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014);

Diante disso, informo que a presente licitação será exclusiva para Microempresa e EPP, visto que todos os itens são inferiores à R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

- 3) Condição de Serviço/Bem comum: Bem comum
- 4) Contato do responsável: 3696-3337 / compras.saude@muriae.mg.gov.br
- 5) Modo de disputa: Aberto e Fechado

2. JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Saúde do Município de Muriaé é responsável por 43 unidades de atendimento odontológico, incluindo o CEO (Centro de Especialidades Odontológicas), todas equipadas com uma variedade de aparelhos odontológicos essenciais, como autoclaves, ultrassons, cadeiras, fotopolimerizadores, compressores odontológicos, entre outros. A necessidade atual é a renovação da licitação para reposição



MUNICÍPIO DE MURIAÉ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES



de peças e a continuidade dos serviços de manutenção, uma vez que o processo anterior, que se estendeu até o final de 2024, não contemplou todos os itens necessários, e alguns componentes apresentaram defeito. A nova licitação foi, portanto, planejada para atender a essas demandas.

A manutenção adequada dos equipamentos é fundamental para garantir que os cirurgiões-dentistas possam realizar os procedimentos de forma eficaz, assegurando a qualidade do atendimento à população. Ressalta-se que a aquisição das peças para manutenção deve seguir rigorosamente as especificações técnicas dos equipamentos utilizados na rede odontológica obedecendo marca e modelo conforme informado na tabela. Além disso, é imprescindível que as peças adquiridas sejam de alta qualidade e provenientes de fornecedores confiáveis, para assegurar a durabilidade e o bom desempenho dos aparelhos.

Diariamente, as unidades odontológicas realizam cerca de 344 atendimentos, englobando procedimentos como profilaxia, raspagem supra-gengival, restaurações, acesso endodôntico, exodontia simples, retirada de pontos, tratamento endodôntico, periodontia, frenectomia, exodontia complexa (incluindo terceiros molares), atendimento a pessoas com necessidades especiais (PNE) e diagnóstico em estomatologia. Todos esses procedimentos exigem o pleno funcionamento dos equipamentos, tornando essencial o planejamento contínuo de manutenção e a reposição das peças defeituosas. Isso garantirá a qualidade, eficiência e continuidade dos serviços prestados à população.

2.1 JUSTIFICATIVA ORÇAMENTO SIGILOSO

Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”,

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia melhores propostas para administração. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.

Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

Desta forma e por todo justificado anteriormente, o ORÇAMENTO PREVIAMENTE ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO APENAS E IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas na Planilha Orçamentária – Quantitativo. Parte superior do formulário.

Parte inferior do formulário

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO/OBJETO COMO UM TODO, QUANTITATIVOS E VALOR

As unidades odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé realizam, diariamente, cerca de 344 atendimentos, abrangendo diversos procedimentos essenciais como profilaxia, raspagem supra-gengival, restaurações, acesso endodôntico, exodontia simples, retirada de pontos, tratamento endodôntico, periodontia, frenectomia, exodontia complexa (incluindo terceiros molares), atendimento a pessoas com necessidades especiais (PNE) e diagnóstico em estomatologia. Todos esses procedimentos exigem o pleno funcionamento dos equipamentos odontológicos, que são fundamentais para garantir a eficácia e a



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



segurança no atendimento à população.

A manutenção regular e a reposição de peças defeituosas são cruciais para assegurar a continuidade dos serviços e a qualidade do atendimento prestado. Para atender a essas demandas, a estimativa de quantitativos foi elaborada com base nos equipamentos atualmente disponíveis nas unidades, levando em consideração as falhas recorrentes que ocorrem diariamente e que comprometem o funcionamento dos aparelhos.

Diante dessa situação, a solução escolhida para garantir a reposição de peças e a manutenção dos equipamentos foi a modalidade de registro de preços por meio de pregão eletrônico. Essa modalidade é a mais adequada, pois permite uma aquisição eficiente e escalonada, conforme a disponibilidade orçamentária da Secretaria de Saúde, atendendo aos requisitos legais e assegurando o melhor custo-benefício. Além disso, a modalidade de registro de preços oferece flexibilidade, possibilitando a compra das peças conforme a necessidade, sem que se dependa de um processo emergencial, como no caso da dispensa de licitação, que não seria viável devido ao escopo amplo e aos limites financeiros. Assim, o processo de pregão eletrônico se configura como a opção mais eficiente e alinhada ao planejamento estratégico da Prefeitura, garantindo a manutenção da qualidade e continuidade dos atendimentos odontológicos na cidade.

ITENS	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
1	300	UN	ABRAÇADEIRA METAL 1/2 - ABRAÇADEIRA METAL 1/2
2	600	PCT	ABRAÇADEIRA TIPO NYLON N: 3 - pacote com 100 unidades
3	600	PCT	ABRAÇADEIRA TIPO NYLON N: 5 - pacote com 100 unidades.
4	10	UN	ALÇA DE FIXAÇÃO CÁPSULA DE AMÁLGAMA P/ AMALG.DABI ATLANTE - ALÇA DE FIXAÇÃO CÁPSULA DE AMÁLGAMA P/ AMALG.DABI ATLANTE
5	5	UN	ALÇA DE FIXAÇÃO CÁPSULA DE AMÁLGAMA P/ AMALG.RHOS - ALÇA DE FIXAÇÃO CÁPSULA DE AMÁLGAMA P/ AMALG.RHOS
6	300	UN	ANEL ORING 2001 - ANEL ORING 2001
7	300	UN	ANEL ORING 2002 - ANEL ORING 2002
8	300	UN	ANEL ORING 2003 - ANEL ORING 2003
9	300	UN	ANEL ORING 2004 - ANEL ORING 2004
10	50	UN	ANEL ORING 2005 - ANEL ORING 2005
11	300	UN	ANEL ORING 2006 - ANEL ORING 2006
12	50	UN	ANEL ORING 2007 - ANEL ORING 2007
13	50	UN	ANEL ORING 2008 - ANEL ORING 2008
14	50	UN	ANEL ORING 2009 - ANEL ORING 2009
15	50	UN	ANEL ORING 2010 - ANEL ORING 2010
16	50	UN	ANEL ORING 2011 - ANEL ORING 2011



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



17	50	UN	ANEL ORING 2012 - ANEL ORING 2012
18	50	UN	ANEL ORING 2013 - ANEL ORING 2013
19	300	UN	ANEL ORING 2014 - ANEL ORING 2014
20	300	UN	ANEL ORING 2015 - ANEL ORING 2015
21	300	UN	ANEL ORING 2016 - ANEL ORING 2016
22	300	UN	ANEL ORING 2017 - ANEL ORING 2017
23	300	UN	ANEL ORING 2018 - ANEL ORING 2018
24	300	UN	ANEL ORING 2019 - ANEL ORING 2019
25	50	UN	ANEL ORING 2020 - ANEL ORING 2020
26	50	UN	ANEL ORING 2021 - ANEL ORING 2021
27	50	UN	ANEL ORING 2022 - ANEL ORING 2022
28	50	UN	ANEL ORING 2023 - ANEL ORING 2023
29	50	UN	ANEL ORING 2024 - ANEL ORING 2024
30	50	UN	ANEL ORING 2025 - ANEL ORING 2025
31	70	UN	ANEL PISTÃO MOTOR COMPRESSOR SCHUSTER S45 - ANEL PISTÃO MOTOR COMPRESSOR SCHUSTER S45
32	45	UN	ANEL PORTA 12L AZUL AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS - ANEL PORTA 12L AZUL AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS
33	30	UN	ANEL PORTA 12L CINZA AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - ANEL PORTA 12L CINZA AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
34	20	UN	ANEL PORTA 21L AZUL AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS - ANEL PORTA 21L AZUL AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS
35	15	UN	ANEL PORTA 21L CINZA AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - ANEL PORTA 21L CINZA AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
36	50	UN	ANEL PORTA AUTOCLAVE BS DIGITALE 12/21 -
37	10	UN	ANEL PORTA AUTOCLAVE STERMAX ECO FLES 12 LTS -
38	5	UN	BACIA (CUBA) DE PORCELANA PARA UNIDADE SYNCRUS GLX - GNATUS - BACIA (CUBA) DE PORCELANA PARA UNIDADE SYNCRUS GLX - GNATUS
39	30	UN	BANDEJA INTERIOR AUTOCLAVE BS DIGITALE 21 LITROS -
40	60	UN	BATERIA RECARREGAVEL 3,7 V FOTOPOLIMERIZADOR ECEL -



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



41	30	UN	BIELA MOTOR COMPRESSOR SCHUSTER S45 - BIELA MOTOR COMPRESSOR SCHUSTER S45
42	30	UN	BOBINA DE SOLENÓIDE 16486 127V THERMOVAL - BOBINA DE SOLENÓIDE 16486 127V THERMOVAL
43	30	UN	BOBINA SOLENOIDE AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - BOBINA SOLENOIDE AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
44	40	UN	BOBINA SOLENOIDE COMPRESSOR SCHUSTER S45 - BOBINA SOLENOIDE COMPRESSOR SCHUSTER S45
45	15	UN	BOBINA SOLENOIDE JATO/ULTRASSON GNATUS 24V - BOBINA SOLENOIDE JATO/ULTRASSON GNATUS 24V
46	20	UN	BOBINA SOLENOIDE ULTRASSOM KONDORTECH -
47	30	UN	BORRACHA DE VEDAÇÃO DO "PEDAL EQUIPO PROGRESSIVO" MODELO ODONTO PARTS/GNATUS/DABI E OUTROS - BORRACHA DE VEDAÇÃO DO "PEDAL EQUIPO PROGRESSIVO" MODELO ODONTO PARTS/GNATUS/DABI E OUTROS
48	30	UN	BORRACHA VEDAÇÃO PEDAL PROGRESSIVO - BORRACHA VEDAÇÃO PEDAL PROGRESSIVO
49	20	UN	BOTÃO ACIONADOR DESTILADOR KONDORTECH -
50	20	UN	BOTÃO ACIONAMENTO CICLO AUTOCLAVE STERMAX EXO FLEX -
51	30	UN	BOTAO ACIONAMENTO DE AR PARA SERINGA TRIPLICE CONJUNTO COMPLETO (BOTAO, ANEIS, CARRETEL E MOLA) - BOTAO ACIONAMENTO DE AR PARA SERINGA TRIPLICE CONJUNTO COMPLETO (BOTAO, ANEIS, CARRETEL E MOLA)
52	60	UN	BOTÃO AGUA SERINGA TRIPLICE DABI - BOTÃO AGUA SERINGA TRIPLICE DABI
53	90	UN	BOTÃO AR SERINGA TRIPLICE DABI - BOTÃO AR SERINGA TRIPLICE DABI
54	30	UN	BOTÃO PEDAL CAD. SYNCRUS CINZA GNATUS - BOTÃO PEDAL CAD. SYNCRUS CINZA GNATUS
55	30	UN	CABEÇAS COMPLETAS CONTRA ANGULO KAVO - CABEÇAS COMPLETAS CONTRA ANGULO KAVO
56	30	UN	CABEÇAS COMPLETAS CONTRA ANGULO PB - CABEÇAS COMPLETAS CONTRA ANGULO PB
57	12	UN	CABEÇOTE COMPLETO COMPRESSOR SCHUSTER S45 - CABEÇOTE COMPLETO COMPRESSOR SCHUSTER S45
58	10	UN	CABO CANETA ULTRASSOM KONDORTECH -
59	15	UN	CABO COMANDO PEDAL/CADEIRA GNATUS - CABO COMANDO



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



			PEDAL/CADEIRA GNATUS
60	30	UN	CABO FLAT COMANDO CADEIRA DABI/D700 - CABO FLAT COMANDO CADEIRA DABI/D700
61	150	UN	CABO MANGA BLINDADO 10 VIAS - CABO MANGA BLINDADO 10 VIAS
62	10	UN	CABO PEDAL CADEIRA DENTEMED -
63	10	UN	CABO PEDAL CADEIRA SANTAREM -
64	15	UN	CAIXA ESGOTO PADRÃO DABI - CAIXA ESGOTO PADRÃO DABI
65	20	UN	CANETA JATO BICABORNATO KONDORTECH -
66	10	UN	CANETA JATO BICABORNATO SCHUSTER -
67	10	UN	CANETA ULTRASSOM COM LED ULTRASSOM SCHUSTER -
68	10	UN	CANETA ULTRASSOM KONDORTECH -
69	25	UN	CANETA ULTRASSON DABI/D700 - CANETA ULTRASSON DABI/D700
70	7	UN	CANETAS DE JATO DE BICARBONATO GNATUS - CANETAS DE JATO DE BICARBONATO GNATUS
71	22	UN	CANETAS DE ULTRASSON GNATUS - CANETAS DE ULTRASSON GNATUS
72	6	UN	CAPA INFERIOR EQUIPO D700 - CAPA INFERIOR EQUIPO D700
73	15	UN	CAPA PEDAL CAD. SYNCRUS GL - CAPA PEDAL CAD. SYNCRUS GL
74	30	UN	CAPA PLÁSTICA INFERIOR EQUIPO D700 - CAPA PLÁSTICA INFERIOR EQUIPO D700
75	5	UN	CAPA PLÁSTICA INFERIOR EQUIPO KART GNATUS SYNCRUS GL - CAPA PLÁSTICA INFERIOR EQUIPO KART GNATUS SYNCRUS GL
76	5	UN	CAPA PLÁSTICA SUPERIOR EQUIPO D700 - CAPA PLÁSTICA SUPERIOR EQUIPO D700
77	8	UN	CAPA PLÁSTICA SUPERIOR EQUIPO KART GNATUS SYNCRUS GL - CAPA PLÁSTICA SUPERIOR EQUIPO KART GNATUS SYNCRUS GL
78	7	UN	CAPA PORTA 12 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - CAPA PORTA 12 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
79	7	UN	CAPA PORTA 21 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - CAPA PORTA 21 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
80	7	UN	CAPA PORTA AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE VF -
81	9	UN	CAPA SUPERIOR EQUIPO D700 - CAPA SUPERIOR EQUIPO D700



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



82	9	UN	CAPA SUPERIOR EQUIPO GNATUS - CAPA SUPERIOR EQUIPO GNATUS
83	10	UN	CAPA SUPORTE DE PONTAS PERSONAL DABI - CAPA SUPORTE DE PONTAS PERSONAL DABI
84	30	UN	CHAVE LIGA/DESLIGA 4POLOS CADEIRA DABI/ D700 - CHAVE LIGA/DESLIGA 4POLOS CADEIRA DABI/ D700
85	50	UN	CHAVE LIGA/DESLIGA DUPLA P/ AGUA CUSPIDEIRA D700 - CHAVE LIGA/DESLIGA DUPLA P/ AGUA CUSPIDEIRA D700
86	5	UN	CHICOTE ATUADOR ASSENTO CAD SYN POP - CHICOTE ATUADOR ASSENTO CAD SYN POP
87	5	UN	CHICOTE BRACO REFLETOR SIMPLEX SL - CHICOTE BRACO REFLETOR SIMPLEX SL
88	15	UN	CHICOTE COMANDO PEDAL CADEIRA COM SENSOR COM CONECT.(FLAT CABLE 10 VIAS) MOD. DABI - CHICOTE COMANDO PEDAL CADEIRA COM SENSOR COM CONECT.(FLAT CABLE 10 VIAS) MOD. DABI
89	20	UN	CJ ABAFADOR GNATUS NOVO - CJ ABAFADOR GNATUS NOVO
90	13	UN	CJ CONTROLE RAO X GNATUS 70C - CJ CONTROLE RAO X GNATUS 70C
91	40	UN	CJ ROTOR COMPLETO COM ROLAMENTOS CERAMICOS GNATUS FG - CJ ROTOR COMPLETO COM ROLAMENTOS CERAMICOS GNATUS FG
92	50	UN	CJ ROTOR COMPLETO COM ROLAMENTOS CERAMICOS GNATUS PB - CJ ROTOR COMPLETO COM ROLAMENTOS CERAMICOS GNATUS PB
93	40	UN	CJ TAMPA RESERVATORIO PET DABI - CJ TAMPA RESERVATORIO PET DABI
94	60	UN	CJ TAMPA RESERVATORIO PET GNATUS - CJ TAMPA RESERVATORIO PET GNATUS
95	50	UN	CJ TERMINAL TRIPLO BORDEN - CJ TERMINAL TRIPLO BORDEN
96	20	UN	CONEXÃO EM "CRUZ" (COM ROSCA E PORCA) PARA MANGUEIRA DE 3,3 À 3,5 MM - DIVERSOS - CONEXÃO EM "CRUZ" (COM ROSCA E PORCA) PARA MANGUEIRA DE 3,3 À 3,5 MM - DIVERSOS
97	20	UN	CONEXÃO EM "T" (COM ROSCA E PORCA) PARA MANGUEIRA DE 3,3 À 3,5 MM - DIVERSOS - CONEXÃO EM "T" (COM ROSCA E PORCA) PARA MANGUEIRA DE 3,3 À 3,5 MM - DIVERSOS
98	20	UN	CONEXÃO EM "T" (ESPIGÃO) PARA MANGUEIRA DE 1,6 MM - DIVERSOS - CONEXÃO EM "T" (ESPIGÃO) PARA MANGUEIRA DE 1,6 MM - DIVERSOS
99	20	UN	CONEXÃO EM "T" (ESPIGÃO) PARA MANGUEIRA DE 3,3 À 3,5 MM - DIVERSOS - CONEXÃO EM "T" (ESPIGÃO) PARA MANGUEIRA DE 3,3 À 3,5 MM - DIVERSOS
100	15	UN	CUBA INOX AUTOCLAVE BS DIGITALE 21 LITROS -



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



101	15	UN	CUBA PORCELANA PARA CUSPIDEIRA CADEIRA GNATUS - CUBA PORCELANA PARA CUSPIDEIRA CADEIRA GNATUS
102	20	UN	CUBA PORCELANA PARA CUSPIDEIRA D700 - CUBA PORCELANA PARA CUSPIDEIRA D700
103	30	UN	DIAFRAGMA (BORRACHA) PARA VALVULA ARO MODELO: DABI (ORIGINAL) - DIAFRAGMA (BORRACHA) PARA VALVULA ARO MODELO: DABI (ORIGINAL)
104	30	UN	DIAFRAGMA VALVULA BAP DABI - DIAFRAGMA VALVULA BAP DABI
105	7	UN	DISSIPADOR COM LED FOTO I. D. MAX - DISSIPADOR COM LED FOTO I. D. MAX
106	17	UN	ESPELHO FACETADO PARA REFLETOR MOD DABI ATLANTE - ESPELHO FACETADO PARA REFLETOR MOD DABI ATLANTE
107	15	UN	ESTANHO PARA SOLDA - 1 Mm 60x40 500g
108	7	UN	ESTOFAMENTO ASSENTO CADEIRA D700 - ESTOFAMENTO ASSENTO CADEIRA D700
109	7	UN	ESTOFAMENTO ASSENTO CADEIRA GNATUS POP SH - ESTOFAMENTO ASSENTO CADEIRA GNATUS POP SH
110	7	UN	ESTOFAMENTO ASSENTO SYNCRUS GL AZ-CE - ESTOFAMENTO ASSENTO SYNCRUS GL AZ-CE
111	7	UN	ESTOFAMENTO ENCOSTO CABEÇA CADEIRA D700 - ESTOFAMENTO ENCOSTO CABEÇA CADEIRA D700
112	7	UN	ESTOFAMENTO ENCOSTO CABEÇA CADEIRA POP SH - ESTOFAMENTO ENCOSTO CABEÇA CADEIRA POP SH
113	7	UN	ESTOFAMENTO ENCOSTO CADEIRA D700 - ESTOFAMENTO ENCOSTO CADEIRA D700
114	7	UN	ESTOFAMENTO ENCOSTO CADEIRA GNATUS POP SH - ESTOFAMENTO ENCOSTO CADEIRA GNATUS POP SH
115	7	UN	ESTOFAMENTO MOCHO CADEIRA D700 - ESTOFAMENTO MOCHO CADEIRA D700
116	7	UN	ESTOFAMENTO MOCHO CADEIRA GNATUS POPSH - ESTOFAMENTO MOCHO CADEIRA GNATUS POPSH
117	10	UN	FILTRO DETRITOS BOMBA VACUO GG EQUIP -
118	55	UN	FILTRO ENTRADA AR CABECOTE COMNCOMPRESSOR SCHUSTER S45 - FILTRO ENTRADA AR CABECOTE COMNCOMPRESSOR SCHUSTER S45
119	40	UN	FILTRO SEPARADOR DE DETRITOS III MONT. PARA EQUIPAMENTOS GNATUS - FILTRO SEPARADOR DE DETRITOS III MONT. PARA



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



			EQUIPAMENTOS GNATUS
120	40	UN	FILTRO SEPARADOR DE DETRITOS PARA SUGADOR - FILTRO SEPARADOR DE DETRITOS PARA SUGADOR
121	60	UN	FILTRO SEPARADOR DETRITOS MODELO COPO SUGADOR DABI/D700 - FILTRO SEPARADOR DETRITOS MODELO COPO SUGADOR DABI/D700
122	20	UN	FONTE ALIMENTAÇÃO ULTRASSOM KONDORTECH -
123	20	UN	FONTE CARREGADOR FOTOPOLIMERIZADOR ECEL EC 500 -
124	150	UN	GUARNIÇÃO 2 FUROS ARO - GUARNIÇÃO 2 FUROS ARO
125	15	UN	GUARNIÇÃO DA PORTA AUTOCLAVE ALT 21 L - GUARNIÇÃO DA PORTA AUTOCLAVE ALT 21 L
126	30	UN	GUARNIÇÃO DA PORTA AUTOCLAVE CROSTOFOLI 21 L - GUARNIÇÃO DA PORTA AUTOCLAVE CROSTOFOLI 21 L
127	80	UN	INJETOR TIPO VENTURI SUGADOR DABI/D700 - INJETOR TIPO VENTURI SUGADOR DABI/D700
128	40	UN	INSERTO PERIO E DABI - INSERTO PERIO E DABI
129	40	UN	INSERTO TIP SUPRA DABI - INSERTO TIP SUPRA DABI
130	60	UN	INSERTO ULTRASSON GNATUS G1 - INSERTO ULTRASSON GNATUS G1
131	60	UN	INSERTO ULTRASSON GNATUS G10 - INSERTO ULTRASSON GNATUS G10
132	90	UN	INSERTO ULTRASSON GNATUS G2 - INSERTO ULTRASSON GNATUS G2
133	30	UN	INTERRUPTOR DE TECLA BRANCO GNATUS - INTERRUPTOR DE TECLA BRANCO GNATUS
134	30	UN	INTERRUPTOR ILUMINADO VERDE GNATUS - INTERRUPTOR ILUMINADO VERDE GNATUS
135	20	UN	INTERRUPTOR SEGURANCA PORTA AUTOCLAVE BS DIGITALE -
136	90	UN	JUNTA CABEÇOTE MOTOR COMPRESSOR SCHUSTER S45 - JUNTA CABEÇOTE MOTOR COMPRESSOR SCHUSTER S45
137	15	UN	KIT's (EIXO, TRAVA, MANCAL) PARA CONTRA ÂNGULO KAVO - KIT's (EIXO, TRAVA, MANCAL) PARA CONTRA ÂNGULO KAVO
138	5	UN	KIT BIELA - KIT BIELA COMPRESSOR FIAC CD TOP
139	20	UN	KIT DE CABEÇOTE PERSUS -
140	20	UN	KIT LED REFLETOR CANHÃO MOD GNATUS/DABI -
141	20	UN	KIT VÁLVULA SOLENOIDE AUTOCLAVE - KIT VÁLVULA SOLENOIDE



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



			AUTOCLAVE
142	45	UN	KITS ROTOR COMPLETO CANETA ARO KAVO EXTRA TORQUE - KITS ROTOR COMPLETO CANETA ARO KAVO EXTRA TORQUE
143	45	UN	KNOB CINZA PARA REGISTRO CINZA (DIVERSOS) - KNOB CINZA PARA REGISTRO CINZA (DIVERSOS)
144	300	UN	MANGUEIRA 3 FUROS - Mangueira 3 mt com 3 furos
145	300	MT	MANGUEIRA 6MM SILICONADA AMARELA - MANGUEIRA 6MM SILICONADA AMARELA
146	300	MT	MANGUEIRA 6MM SILICONADA AZUL - MANGUEIRA 6MM SILICONADA AZUL
147	300	MT	MANGUEIRA 6MM SILICONADA CINZA - MANGUEIRA 6MM SILICONADA CINZA
148	90	UN	MANGUEIRA ALTA TEMPERATURA SILICONE AUTOCLAVE BS DIGITALE - ROLO DE 2 METROS
149	200	MT	MANGUEIRA COMPRESSOR PRETA 1/4 POLIESTER -
150	116	MT	MANGUEIRA CORRUGADA 1.1/2 GELO - MANGUEIRA CORRUGADA 1.1/2 GELO
151	150	MT	MANGUEIRA CORRUGADA 1/2 GELO - MANGUEIRA CORRUGADA 1/2 GELO
152	300	MT	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 GELO - MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 GELO
153	300	MT	MANGUEIRA DUPLA PEDAL SILICONADA - MANGUEIRA DUPLA PEDAL SILICONADA
154	120	RL	MANGUEIRA ESPAGUETE DABI - PU AZUL (3,0 x 1,6) - ROLO COM 3 METROS
155	120	RL	MANGUEIRA ESPAGUETE DABI - PU CRISTAL (3,0 X 1,6) - ROLO COM 3 METROS
156	120	RL	MANGUEIRA ESPAGUETE DABI - PU VERDE (3,0 x 1,6) - ROLO COM 3 METROS
157	120	RL	MANGUEIRA ESPAGUETE DABI - PU VERMELHA (3,0 X 1,6) - ROLO COM 3 METROS
158	120	MT	MANGUEIRA ESPAGUETE KAVO - PU CRISTAL (2,6 x 1,2) - MANGUEIRA ESPAGUETE KAVO - PU CRISTAL (2,6 x 1,2)
159	300	MT	MANGUEIRA LIGAÇÃO GERAL - PU COR: CINZA INTRNO: 3,3 MM EXTERNO: 6,5 MM - MANGUEIRA LIGAÇÃO GERAL - PU COR: CINZA INTRNO: 3,3 MM EXTERNO: 6,5 MM
160	150	MT	MANGUEIRA PU 10MM - MANGUEIRA PU 10MM



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



161	130	MT	MANGUEIRA PU 4MM CRISTAL - MANGUEIRA PU 4MM CRISTAL
162	150	MT	MANGUEIRA PU 8MM - MANGUEIRA PU 8MM
163	300	MT	MANGUEIRA SUGADOR SILICONADA - MANGUEIRA SUGADOR SILICONADA
164	300	MT	MANGUEIRA TRIPLICE SILICONADA - MANGUEIRA TRIPLICE SILICONADA
165	15	UN	MANOPLA FECHAMENTO PORTA AUTOCLAVE BS DIGITALE. -
166	20	UN	MANOPLA PORTA AUTOCLAVE BS DIGITALE 12/21 -
167	15	UN	MANOPLA PORTA AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE VT -
168	30	UN	MEMBRANA DO PAINEL AUTOCLAVE BS DIGITALE 21 LITROS -
169	30	UN	MEMBRANA TECLADO AUTOCLAVE CRISTOFOLI ANALOG.VT -
170	30	UN	MEMBRANA TECLADO AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE VF -
171	10	UN	MOTOR 2HP BOMBA VACUO GG EQUIP. -
172	4	UN	MOTOR REDUTOR BOSCH ASSENTO COMPLETO - MOTOR REDUTOR BOSCH ASSENTO COMPLETO
173	6	UN	MOTOR REDUTOR BOSCH ASSENTO COMPLETO CADEIRA GNATUS - MOTOR REDUTOR BOSCH ASSENTO COMPLETO CADEIRA GNATUS
174	6	UN	MOTOR REDUTOR BOSCH ENCOSTO COMPLETO - MOTOR REDUTOR BOSCH ENCOSTO COMPLETO
175	6	UN	MOTOR REDUTOR BOSCH ENCOSTO COMPLETO CADEIRA GNATUS - MOTOR REDUTOR BOSCH ENCOSTO COMPLETO CADEIRA GNATUS
176	10	UN	MOTOR REDUTOR CAD DENTEMED -
177	10	UN	MOTOR REDUTOR CAD SANTAREM -
178	10	UN	MOTOR VENTILADOR DESTILADOR KONDORTECH -
179	15	UN	PCI COMANDO AUTOCLAVE (ALUMÍNIO) - PCI COMANDO AUTOCLAVE (ALUMÍNIO)
180	10	UN	PEDAL COMANDO CADEIRA DENTEMED -
181	10	UN	PEDAL COMANDO CADEIRA SANTAREM -
182	15	UN	PEDAL COMANDO MOVIMENTOS CADEIRA/ REFLETOR - PEDAL COMANDO MOVIMENTOS CADEIRA/ REFLETOR
183	9	UN	PEDAL COMANDO MOVIMENTOS CADEIRA/ REFLETOR CADEIRA GNATUS GL - PEDAL COMANDO MOVIMENTOS CADEIRA/ REFLETOR CADEIRA GNATUS GL



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



184	9	UN	PEDAL PNEUMÁTICO PROGRESSIVO PARA EQUIPO - CINZA COM MANGUEIRA EM PU - PEDAL PNEUMÁTICO PROGRESSIVO PARA EQUIPO - CINZA COM MANGUEIRA EM PU
185	30	UN	PES REGULAVEIS AUTOCLAVE BS DIGITALE 21 LITROS -
186	40	UN	PISTÃO MOTOR COMPRESSOR SCHUSTER S45 - PISTÃO MOTOR COMPRESSOR SCHUSTER S45
187	10	UN	PLACA AUTOCLAVE STERMAX ECO FLEX 12 LTS -
188	1	UN	PLACA BOMBA VÁCUO KAVO JET 4 - PLACA BOMBA VÁCUO KAVO JET 4
189	15	UN	PLACA CADEIRA GNATUS POP SH - PLACA CADEIRA GNATUS POP SH
190	10	UN	PLACA CADEIRA ODONTOLOGICA DENTEMED -
191	10	UN	PLACA CADEIRA SANTAREM -
192	30	UN	PLACA CARREGADOR BAT.FOTOPOLIMERIZADOR ECEL -
193	5	UN	PLACA CIRCUITO AUTOCLAVE ALT 21L ANALÓGICA - PLACA CIRCUITO AUTOCLAVE ALT 21L ANALÓGICA
194	15	UN	PLACA CIRCUITO AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS - PLACA CIRCUITO AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS
195	15	UN	PLACA CIRCUITO AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - PLACA CIRCUITO AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
196	50	UN	PLACA CIRCUITO COMPLETO AUTOCLAVE BS DIGITALE 12/21 -
197	5	UN	PLACA COMANDO AP TENS MED PORTATIL 2 CANAIS - PLACA COMANDO AP TENS MED PORTATIL 2 CANAIS
198	5	UN	PLACA COMANDO AP ULTRASSON MEDCIR - PLACA COMANDO AP ULTRASSON MEDCIR
199	10	UN	PLACA COMANDO BOMBA VACUO GG EQUIPAMENTOS -
200	15	UN	PLACA COMANDO CADEIRA D700 - PLACA COMANDO CADEIRA D700
201	10	UN	PLACA DE COMANDO CADEIRA D700 - PLACA DE COMANDO CADEIRA D700
202	10	UN	PLACA DE COMANDO CADEIRA SYNCRUS GI - PLACA DE COMANDO CADEIRA SYNCRUS GI
203	5	UN	PLACA DE COMANDO JET SONIC GNATUS - PLACA DE COMANDO JET SONIC GNATUS
204	5	UN	PLACA DE COMANDO ULTRASSOM ALT - PLACA DE COMANDO ULTRASSOM ALT
205	30	UN	PLACA ELETRONICA - PLACA ELETRONICA PARA AUTOCLAVE BS DIGITALE



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



			DE 21 LITROS
206	10	UN	PLACA ELETRONICAS ULTRASSOM SCHUSTER -
207	10	UN	PLACA FONTE ULTRASSOM SCHUSTER -
208	7	UN	PLACA FOTOPOLIMERIZADOR DABI ATLANTE ULTRALUX - PLACA FOTOPOLIMERIZADOR DABI ATLANTE ULTRALUX
209	30	UN	PLACA FOTOPOLIMERIZADOR ECEL EC 500 -
210	9	UN	PLACA FOTOPOLIMERIZADOR RHOS (LÂMPADA) - PLACA FOTOPOLIMERIZADOR RHOS (LÂMPADA)
211	5	UN	PLACA PAINEL AUTOCLAVE ALT 21 L ANALOG - PLACA PAINEL AUTOCLAVE ALT 21 L ANALOG
212	15	UN	PLACA PAINEL AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS -
213	15	UN	PLACA PAINEL AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - PLACA PAINEL AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
214	30	UN	PLACA PAINEL AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE VF -
215	10	UN	PLACA PAINEL LED AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS - PLACA PAINEL LED AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS
216	2	UN	PLACA PAINEL LEXAN AP TENS MED 4 CANAIS - PLACA PAINEL LEXAN AP TENS MED 4 CANAIS
217	15	UN	PLACA POTENCIA AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS -
218	6	UN	PLACA RAO X GNATUS 70C - PLACA RAO X GNATUS 70C
219	10	UN	PLACA ULTRASSOM KONDORTECH -
220	5	UN	PLACA ULTRASSON GNATUS JETSONIC - PLACA ULTRASSON GNATUS JETSONIC
221	4	UN	PLACAS ELETRONICAS RAO X GNATUS - PLACAS ELETRONICAS RAO X GNATUS
222	50	UN	PLATO DE VALVULAS CABEÇOTE MOTOR COMPRESSOR SCHUSTER S45 - PLATO DE VALVULAS CABEÇOTE MOTOR COMPRESSOR SCHUSTER S45
223	10	UN	PONTEIRA ACRILICO FOTOPOLIMERIZADOR SCHUSTER - PONTEIRA ACRILICO FOTOPOLIMERIZADOR SCHUSTER
224	60	UN	PONTEIRA BORRACHA TERMINAL SUGADOR - PONTEIRA BORRACHA TERMINAL SUGADOR
225	60	UN	PONTEIRA DE BORRACHA PARA TERMINAL DE SUGADOR - PONTEIRA DE BORRACHA PARA TERMINAL DE SUGADOR



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



226	15	UN	PROTETOR FRONTAL - PERSUS -
227	30	UN	PROTETOR PLASTICO DO REFLETOR " VERSA" DABI ATLANTE - PROTETOR PLASTICO DO REFLETOR " VERSA" DABI ATLANTE
228	30	UN	PROTETOR REFLETOR VERSA DABI - PROTETOR REFLETOR VERSA DABI
229	30	UN	PROTETOR TERMICO COMPRESSOR SCHUSTER S45 - PROTETOR TERMICO COMPRESSOR SCHUSTER S45
230	10	UN	PROTETOR TÉRMICO PARA MOTOR MONOFÁSICO - PROTETOR TÉRMICO PARA MOTOR MONOFÁSICO
231	40	UN	RALO CUBA CUSPIDEIRA GNATUS - RALO CUBA CUSPIDEIRA GNATUS
232	30	UN	RALO PLASTICO PARA CUBA CUSPIDEIRA D700 - RALO PLASTICO PARA CUBA CUSPIDEIRA D700
233	5	UN	RESERVATORIO AR COMPRESSOR SCHUSTER S45 - RESERVATORIO AR COMPRESSOR SCHUSTER S45
234	10	UN	RESERVATORIO BICARBONATO AP KONDERTECH -
235	10	UN	RESERVATORIO BICARBONATO AP SCHUSTER -
236	5	UN	RESERVATÓRIO PET CRISTAL P/ ÁGUA - 510 ML DIVERSOS - RESERVATÓRIO PET CRISTAL P/ ÁGUA - 510 ML DIVERSOS
237	10	UN	RESISTENCIA 127 VOLTES PARA AUTOCLAVE BS DIGITALE 21 LITROS -
238	30	UN	RESISTENCIA 127V 12 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - RESISTENCIA 127V 12 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
239	30	UN	RESISTENCIA 127V 21 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - RESISTENCIA 127V 21 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
240	30	UN	RESISTENCIA 127V AUTOCLAVE STERMAX ECOFLEX 12 -
241	10	UN	RESISTENCIA 220 VOLTES PARA AUTOCLAVE BS DIGITALE -
242	15	UN	RESISTENCIA 220V 12 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - RESISTENCIA 220V 12 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
243	30	UN	RESISTENCIA 220V 21 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - RESISTENCIA 220V 21 LITROS AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
244	15	UN	RESISTENCIA DE CINTA AUTOCLAVE DABI 12LX - RESISTENCIA DE CINTA AUTOCLAVE DABI 12LX
245	10	UN	RESISTENCIA DESTILADOR DE AGUA KONDORTECH -
246	5	UN	RESISTENCIA EXTRUDADO AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS 21 LITROS 127 VOLTES -



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



247	15	UN	RESISTENCIA EXTRUDADO AUTOCLAVE CRISTOFOLI CLASS 21 LITROS 220 VOLTES -
248	10	UN	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE ALT 21L - RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE ALT 21L
249	15	UN	RESISTÊNCIA PARA SELADORA - RESISTÊNCIA PARA SELADORA
250	90	UN	RODIZIOS MOCHO CADEIRA D700 - RODIZIOS MOCHO CADEIRA D700
251	130	UN	ROLAMENTO 07,9375 X 03,175 X 3,5712 MM - ROLAMENTO 07,9375 X 03,175 X 3,5712 MM
252	20	UN	ROLAMENTO CERÂMICO PARA CANETA ARO DABI MS - ROLAMENTO CERÂMICO PARA CANETA ARO DABI MS
253	60	UN	ROLAMENTO CERÂMICO PARA CANETA ARO MOD KAVO EXTRA TORQUE - ROLAMENTO CERÂMICO PARA CANETA ARO MOD KAVO EXTRA TORQUE
254	30	UN	ROLAMENTO PARA CANETA ARO SCHUSTER -
255	10	UN	ROTOR BOMBA VACUO GG EQUIP. -
256	10	UN	ROTOR COMPLETO CANETA ARO SCHUSTER -
257	35	UN	ROTORES COMPLETOS CANETA ARO EXTRA TORQUE "PUSH BOTON" - ROTORES COMPLETOS CANETA ARO EXTRA TORQUE "PUSH BOTON"
258	10	UN	SENSOR DE TEMPERATURA AUTOCLAVE - SENSOR DE TEMPERATURA AUTOCLAVE
259	20	UN	SENSOR DE TEMPERATURA AUTOCLAVE BS DIGITALE -
260	60	UN	SENSOR TEMPERATURA AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - SENSOR TEMPERATURA AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
261	25	UN	SERINGA TRÍPLICE GNATUS - SERINGA TRÍPLICE GNATUS
262	35	UN	SUCTOR DE SALIVA (P/ ABAFADOR / CX ESGOTO) - SUCTOR DE SALIVA (P/ ABAFADOR / CX ESGOTO)
263	15	UN	SUCTOR DE SANGUE (P/ ABAFADOR / CX ESGOTO) DIVERSOS - SUCTOR DE SANGUE (P/ ABAFADOR / CX ESGOTO) DIVERSOS
264	30	UN	SUCTOR SALIVA VENTURI - SUCTOR SALIVA VENTURI
265	30	UN	SUPORTE DE PONTAS MODELO DABI ATLANTE COM VÁLVULAS - SUPORTE DE PONTAS MODELO DABI ATLANTE COM VÁLVULAS
266	10	UN	SUPORTE II CAPSULA LONGA. -
267	10	UN	SUPORTE PONTAS EQUIPO DENTEMED -
268	10	UN	SUPORTE PONTAS EQUIPO SANTAREM -



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



269	15	UN	SUPORE PONTAS GNATUS COM VALVULAS SYNCRUS LS - SUPORE PONTAS GNATUS COM VALVULAS SYNCRUS LS
270	30	UN	SUPORE PONTAS MOD TUBULAR EQUIPO D700 - SUPORE PONTAS MOD TUBULAR EQUIPO D700
271	30	UN	TAMPA CANETA PB SCHUSTER ALTA ROTAÇÃO -
272	10	UN	TAMPA RESERVATORIO BICARBONATO AP KONDERTECH -
273	10	UN	TAMPA RESERVATORIO BICARBONATO AP SCHUSTER -
274	10	UN	TAMPA ROTOR BOMBA VACUO ARO SCHUSTER FG -
275	5	MT	TELA FILTRO SEP. DE DETRITOS II GNATUS - TELA FILTRO SEP. DE DETRITOS II GNATUS
276	10	UN	TERMINAL DUPLO S/ SPRAY P/ MICRO MOTOR DIVERSOS - TERMINAL DUPLO S/ SPRAY P/ MICRO MOTOR DIVERSOS
277	30	UN	TERMINAL SUGADOR GNATUS - TERMINAL SUGADOR GNATUS
278	15	UN	TERMINAL TRIPLO BORDEN (COM LUVA DE REGULAGEM) - TERMINAL TRIPLO BORDEN (COM LUVA DE REGULAGEM)
279	20	UN	TERMINAL TRIPLO BORDEN DENTEMED -
280	20	UN	TERMINAL TRIPLO BORDEN GN 32 - TERMINAL TRIPLO BORDEN GN 32
281	30	UN	TERMINAL TRIPLO BORDEN SANTAREM -
282	10	UN	TERMOSTATO AUTOCLAVE CRISTÓFOLI VITALE - TERMOSTATO AUTOCLAVE CRISTÓFOLI VITALE
283	30	UN	TERMOSTATO (EMICOL) AUTOCLAVE CRISTOFOLI - TERMOSTATO (EMICOL) AUTOCLAVE CRISTOFOLI
284	10	UN	TERMOSTATO 115° DESTILADOR KONDERTECH -
285	30	UN	TERMOSTATO 115G REARME DESTILADOR D700 -
286	45	UN	TERMOSTATO CERAMICO 250° AUTOCLAVE DIGITALE -
287	30	UN	TERMOSTATO CUBA AUTOCLAVE BS DIGITALE 12/21 -
288	10	UN	TERMOSTATO DE SEGURANÇA 170° C REARME MAN - TERMOSTATO DE SEGURANÇA 170° C REARME MAN
289	5	UN	TERMOSTATO PARA AUTOCLAVE ALT - TERMOSTATO PARA AUTOCLAVE ALT
290	30	UN	TERMOSTATO RESISTENCIA AUTOCLAVE BS DIGITALE 12/21 -
291	20	UN	TERMOSTATO RESISTENCIA AUTOCLAVE STERMAX ECOFLEX -



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



292	11	UN	TRAFO PROFI 25V 1,2A DABI - TRAFO PROFI 25V 1,2A DABI
293	15	UN	TRANSF. DE VOLTAGEM CADEIRA GNATUS SYNCRUS - TRANSF. DE VOLTAGEM CADEIRA GNATUS SYNCRUS
294	10	UN	TRANSFORMADOR 24V/3A AP ULTRASSOM SCHUSTER -
295	10	UN	TRANSFORMADOR CADEIRA DENTEMED -
296	10	UN	TRANSFORMADOR CADEIRA SANTAREM -
297	15	UN	TRANSFORMADOR DE VOLTAGEM CADEIRA D700 - TRANSFORMADOR DE VOLTAGEM CADEIRA D700
298	9	UN	TRANSFORMADOR DE VOLTAGEM CADEIRA GNATUS - TRANSFORMADOR DE VOLTAGEM CADEIRA GNATUS
299	30	UN	TRANSFORMADOR SELADORA CRISTOFOLI - TRANSFORMADOR SELADORA CRISTOFOLI
300	10	UN	TUBO PARA MANGUEIRA VACUOFLEX COR GELO (5/8") -
301	10	UN	VALVULA AGUA/AR ULTRASSOM/JATO BIC KONDORTECH -
302	20	UN	VÁLVULA ANTIVÁCUO AUTOCLAVE CRISTOFOLI - VÁLVULA ANTIVÁCUO AUTOCLAVE CRISTOFOLI
303	10	UN	VALVULA AUTOCLAVE STERMAX ECO FLEX 12 LTS -
304	15	UN	VALVULA CONTROLE PONTAS GNATUS - VALVULA CONTROLE PONTAS GNATUS
305	15	UN	VALVULA DE PRESSAO SUPERIOR AUTOCLAVE BS DIGITALE -
306	20	UN	VÁLVULA DE VÁCUO AUTOCLAVE CRISTOFOLI ANALÓGICA - VÁLVULA DE VÁCUO AUTOCLAVE CRISTOFOLI ANALÓGICA
307	25	UN	VÁLVULA DIRECIONAL/PILOTO (REG. AR) (MANG. FINA 1,6 MM) P/ EQUIPO DABI DCI/FOREST/ DABI - VÁLVULA DIRECIONAL/PILOTO (REG. AR) (MANG. FINA 1,6 MM) P/ EQUIPO DABI DCI/FOREST/ DABI
308	20	UN	VÁLVULA DIRECIONAL/PILOTO (REG. AR) (MANG. FINA 3,3 MM) P/ EQUIPO GNATUS DCI/FOREST/ GNATUS - VÁLVULA DIRECIONAL/PILOTO (REG. AR) (MANG. FINA 3,3 MM) P/ EQUIPO GNATUS DCI/FOREST/ GNATUS
309	45	UN	VALVULA DUPLA P/ AGUA PONTAS DABI/ D700 - VALVULA DUPLA P/ AGUA PONTAS DABI/ D700
310	20	UN	VÁLVULA DUPLA UA SYNCRUS C/ SUPORTE - VÁLVULA DUPLA UA SYNCRUS C/ SUPORTE
311	50	UN	VALVULA INTERRUPTORA EQUIPO SYNCRUS GNATUS - VALVULA INTERRUPTORA EQUIPO SYNCRUS GNATUS



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



312	30	UN	VALVULA P/ SOLENOIDE AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE - VALVULA P/ SOLENOIDE AUTOCLAVE CRISTOFOLI VITALE
313	30	UN	VÁLVULA PILOTO N/A PARA SUPORTE PONTAS REDONDO - VÁLVULA PILOTO N/A PARA SUPORTE PONTAS REDONDO
314	45	UN	VÁLVULA PILOTO PARA SUPORTE DE PONTAS DABI (MANG. FINA 1,6 MM) MODELO ANTIGO- CARCAÇA PRETA - DABI - VÁLVULA PILOTO PARA SUPORTE DE PONTAS DABI (MANG. FINA 1,6 MM) MODELO ANTIGO-CARCAÇA PRETA - DABI
315	15	UN	VÁLVULA PNEUMÁTICA COM REGULAGEM DO SPRAY E AR P/ PONTAS (METÁLICA) INJETADA DIVERSOS - VÁLVULA PNEUMÁTICA COM REGULAGEM DO SPRAY E AR P/ PONTAS (METÁLICA) INJETADA DIVERSOS
316	65	UN	VÁLVULA PNEUMÁTICA COM REGULAGEM DO SPRAY E AR P/ PONTAS (PLÁSTICO) INJETADA DIVERSOS - VÁLVULA PNEUMÁTICA COM REGULAGEM DO SPRAY E AR P/ PONTAS (PLÁSTICO) INJETADA DIVERSOS
317	20	UN	VALVULA RETENÇÃO COMPRESSOR SCHUSTER S45 - VALVULA RETENÇÃO COMPRESSOR SCHUSTER S45
318	15	UN	VALVULA SOLENOIDE 127 VOLTES AUTOCLAVE BS DIGITALE -
319	15	UN	VALVULA SOLENOIDE 220 VOLTES AUTOCLAVE BS DIGITALE -
320	15	UN	VALVULA SOLENOIDE 24V AGUA DABI/D700 - VALVULA SOLENOIDE 24V AGUA DABI/D700
321	10	UN	VALVULA SUPORTE DE PONTA DENTEMED -
322	10	UN	VALVULA SUPORTE DE PONTA SANTAREM -
323	50	UN	VALVULAS PARA SUPORTE PONTAS MOD TUBULAR D700 - VALVULAS PARA SUPORTE PONTAS MOD TUBULAR D700

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. A detentora da ata de registro de preços deve respeitar integralmente, sem exceção, todas as especificações descritas no objeto da licitação.

5. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO

Não será exigido amostra, todos os itens deverão ser compatíveis com os equipamentos pertencentes a secretaria, conforme listados neste Termo de Referência.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS / PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



6.1 Após o recebimento do objeto, o CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para verificar o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas e caso encontre divergência fará contato por e-mail.

6.1.2 Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com o item registrado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da notificação por escrito do CONTRATANTE, mantendo o preço inicialmente registrado;

6.1.3 Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com o item registrado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da notificação por escrito do CONTRATANTE, mantendo o preço inicialmente registrado.

6.1.4 Quando, durante o prazo de garantia, os itens apresentarem qualquer irregularidade que os tornem sem condições para utilização, a CONTRATADA deverá no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e às suas expensas, substituir os mesmos por outros da mesma espécie, em perfeitas condições de utilização, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.2 Todas as peças deverão ser compatíveis com os equipamentos pertencentes a secretaria municipal de saúde, conforme descritivos de cada item.

6.3 O prazo para entrega será de 10 (dez) dias corridos, conforme emissão da Autorização de Fornecimento (AF).

6.3.1 Local de entrega: Rua Jose Maximo Ribeiro, nº 1333 – João XXIII (almoxarifado ZAMED)

6.4 Atualmente a Secretaria Municipal de Saúde conta com os equipamentos relacionados abaixo:

UBS AEROPORTO	Cadeira d700, compressor dentemed; autoclave cristofoli 12l; 1 autoclave digitale 21l; 1 seladora selamax jato bic, ultrassom gnatus; foto schuster; caneta alta kavo; kit baixa kavo
UBS SÃO JOSE	Cadeira d700, compressor dentemed; autoclave digitale 12l; jato bic, ultrassom gnatus; foto ecel; caneta alta kavo; kit baixa kavo; 1 seladora selamax
UBS GASPAR	Cadeira d700, compressor schuster autoclave digitale 12l; jato bic, ultrassom gnatus; foto microdont; caneta alta schuster; kit baixa kavo
UBS DORNELAS	Cadeira d700, compressor schuster autoclave digitale 21l; jato bic, ultrassom gnatus; foto schuster; caneta alta dentemed; kit baixa kavo; destiladora kondortech
UBS DORNELAS II	Cadeira santarem; compressor schuster s45; autoclave digitale 21l; 1 seladora top seal; foto microdont; caneta alta schuster; kit baixa dentemed
UBS JOSE CIRILO	Cadeira gnatus; compressor dentemed; autoclave digitale 21l; ultrassom kondortech; foto schuster; caneta alta kavo; kit baixa dentemed; 1 seladora top seal; 1 seladora selamax; 1 foto dabi atlante ultralux
UBS SANTANA	Cadeira gnatus; compressor fiac; autoclave cristofoli; ultrassom schuster; foto kondortech; caneta alta schuster; kit baixa kavo; seladora odontobras
UBS JOANOPOLIS	Cadeira dentemed; autoclave digitale 21l; compressor schuster; ultrassom alt; foto vh caneta alta kavo; kit baixa dentemed; seladora selamax
UBS CARDOSO DE MELO	Cadeira d700; compressor dentemed; autoclave digitale 21l; ultrassom schuster; foto schuster caneta alta dentemed; kit baixa kavo; seladora odontobras, destiladora kondortech
UBS BARRA I	Cadeira gnatus; compressor schuster; autoclave digitale 21l; ultrassom alt; foto ecel; 1 kit baixa dentemed; caneta alta gnatus; kit baixa kavo; seladora kondortech
UBS BARRA II	Cadeira d700; compressor schuster; autoclave stermax eco; 1 autoclave digitale 12l;



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



	ultrassom kondortech; foto schuster; caneta alta kavo; kit baixa dentemed; seladora selamax; 1 amalgamador odontomix
UBS SAFIRA	Cadeira d700; compressor dentemed; autoclave digitale 21l; ultrassom alt; foto microdont; caneta alta dentemed; kit baixa dentemed; bomba vacuo gg; seladora kondortech
UBS CERAMICA	Cadeira gnatus; compressor dentemed; autoclave digitale 21l; ultrassom gnatus; foto kondortech; caneta de alta kavo; kit baixa dentemed; bomba vacuo gg; seladora selamax
UBS PLANALTO	Cadeira dentemed; compressor schuster; autoclave stermax eco; ultrassom alt; foto kondortech; caneta alta dentemed; kit baixa dentemed; seladora top seal; 1 amalgamador kondortech
UBS JOAO XXIII	Cadeira d700; compressor schuster; autoclave digitale 12l; ultrassom kondortech; foto microdont; caneta alta dentemed; kit baixa dentemed
UBS SÃO GOTARDO	Cadeira d700; compressor schuster; autoclave cristofoli 12l; ultrassom kondortech; foto microdont; caneta alta kavo; kit baixa dentemed; seladora kondortech
UBS PRIMAVERA	Cadeira d700; compressor schuster; autoclave digitale 12l; ultrassom gnatus; foto microdont; caneta de alta gnatus; kit baixa kavo; seladora selamax; destilador kondortech
UBS SÃO FRANCISCO	2 cadeiras gnatus, 1 cadeira d700; 2 compressores dentemed; 2 autoclaves digitale; 1 bomba vacuo gg; 2 ultrassom kondortech; 2 foto microdont; 1 foto kondortech; 2 caneta alta kavo; 1 caneta alta gnatus; 3 kits baixa dentemed; 2 seladoras selamax
UBS ITAMURI	1 cadeira santarém, 1 compressor air brasil 60; 1 autoclave digitale; 1 foto schuster; 1 seladora selamax; 1 caneta alta kavo; 1 kit baixa dentemed; 1 ultrassom schuster
UBS SÃO CRISTOVAO	1 cadeira d700; 1 compressor dentemed; 1 autoclave digitale 21l; 1 ultrassom kondortech; 1 foto schuster; 1 amalgamador kondortech; 1 caneta alta dabi atlante; 1 kit baixa dentemed;
UBS BELISARIO	1 cadeira dentemed; 1 compressor dentemed; 1 ultrassom gnatus; 1 foto microdont; 1 autoclave digitale 12l; 1 caneta alta kavo; 1 kit baixa dentemed; 1 seladora selamax; 1 destiladora kondortech;
UNIDADE DE SÃO DOMINGOS	1 autoclave digitale 12lts
UBS SANTA TEREZINHA 1	1 cadeira d700; 1 compressor fiac 120; 2 foto microdont; 1 seladora selamax; 1 ultrassom schuster; 1 autoclave digitale 12l; 1 caneta alta kavo; 1 kit baixa dentemed;
UBS SANTA TEREZINHA 2	1 cadeira d700; 1 compressor fiac 120; 1 foto microdont; 1 caneta alta dentemed; 1 kit baixa kavo
UBS SÃO PEDRO	1 cadeira d700; 1 compressor dentemed; 1 autoclave digitale 21 l; 1 seladora selamax; 1 foto microdont; 1 caneta alta schuster; 1 kit baixa dentemed; 1 mivroimotor kavo;
UBS PORTO	1 cadeira gnatus; 1 compressor dentemed; 1 ultrassom schuster; 1 autoclave digitale 21l 1 seladora selamax; 1 foto schuster; 1 amalgamador odontomix; 1 caneta alta kavo; 1 canetya alta dentemed; 1 kit baixa dentemed; 1 bomba vacuo portatil nevoni
UBS SANTO ANTONIO	1 cadeira gnatus; 1 compressor schuster; 1 autoclave digitale 21l; 1 seladora top seal; 1 ultrassom schuster; 1 jato bicarbonato portatil gnatus; 1 caneta alta kavo; 1 kit baixa kavo; 1 foto microdont;
UBS RECANTO VERDE	1 cadeira dabi atlante; 1 compressor schuster; 1 ultrassom alt; 1 seladora topo seal: 1 foto schuster; 2 caneta alta kavo; 1 kit baixa kavo; 1 contra ângulo dentemed; 1 amalgamador dabi atlante; 1 autoclave digitale 21l; 1 jato bic gnatus



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



UBS FAMILIA	BOA	1 cadeira d700; 1 compressor schuster; 1 autoclave digitale 12l; 1 autoclave cristofoloi 12l; 1 caneta alta kavo; 1 kit baixa kavo; 1 foto schuster; 1 ultrassom schuster; 1 amalgamador odontomix; 1 seladora selamax; 1 ultrassom alt; 1 jato portatil gnatus
UNIDADE FERNANDO	SÃO	1 cadeira d700; 1 compressor dentemed; 1 autoclave digitale 12l; 1 foto schuster
UBS VERMELHO		1 cadeira d700; 1 compressor schuster; 1 amalgamador odontomix; 1 autoclave digitale 21l; 1 ultrassom gnatus; 1 seladora top seal; 1 foto microdont; 1 caneta alta kavo; 1 kit baixa kavo 1 destiladora kondortech;
UBS MARAMBAIA		1 cadeira d700; 1 caneta alta kavo; 1 kit baixa gnatus; 1 ultrassom kondortech; 1 amalgamador kondortech; 1 fot microdont; 1 seladora selamax; 1 compressor dentemed; 1 seladora top seal; 1 cuba ultrassonica ecel 35l; 1 destiladora kondortech; 1 autoclave digitale 21l; 1 mini incubadora bk6
UBS VERMELHO 2		1 cadeira dentemed; 1foto microdont; 1 seladora selamax; 1 caneta alta schuster; 1 kit baixa dentemed;
UBS PIRAPANEMA		1 cadeira d700; 1 compressor fiac 30; 1 autoclave digitale 12l; 1 seladora selamax; 1 foto microdont; 1 caneta alta kavo; 1 kit baixa gnatus; 1 amalgamador odontomix;
CAIC		1 cadeira d700; 1 compressor dentemed; 1 autoclave digitale 12l; 1 seladora selamax; 1 foto schuster; 1 caneta alta gnatus; 1 caneta baixa kavo
UBS INCONFIDENCIA		1 cadeira gnatus; 1 compressor schuster; 1 autoclave digitale 21l; 1 seladora top seal; 1 foto schuster; 1 ultrassom kondortech; 1 caneta alta kavo; 1 kit baixa dentemed; 1 amalgamador rhos; 1jato bic gnatus
UBS MACUCO		1 cadeira gnatus; 1 compressor dentemed; 1 foto ecel; 1 autoclave stermax eco; 1 seladora selamax; 1 caneta alta gnatus; 1 kit baixa kavo, 1 amalgamador odontomix
CEO (Centro de Especialidades Odontológicas)		4 cadeiras dentemed, 2 compressores schuster, 2 bombas vacuo gg, 3 raio x gnatus; 1 raio x procion; 4 canetas alta kavo; 4 canetas alta dentemed; 6 kit baixa kavo; 3 kit baixa dentemed; 2 foto schuster; 2 foto microdont; 3 autoclave digitale 21l; 2 seladoras top seal, 2 destiladoras kondortech; 2 amalgamador odontomix; 1 motor implante dentscler;
UBS JESUS	BOM	1 cadeira gnatus; 1 compressor schuster; 1 autoclave digitale 21l; 1 seladora top seal; 1 ultrassom schuster; 1 jato bicarbonato portatil gnatus; 1 caneta alta kavo; 1 kit baixa kavo; 1 foto ecel

7. GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

Todas as peças deveram ter a garantia mínima de 90 (noventa) dias.

8. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR / CONTRATADO

- 8.1. Observar a forma de fornecimento dos produtos.
- 8.2. Seguir a orientação dada pelo Município, quanto à forma de fornecimento dos produtos.
- 8.3. Cobrir por sua conta os gastos decorrentes do fornecimento dos produtos, seguindo a orientação dada pelo Município e a pontualidade.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



8.4. Apresentar junto às faturas, os comprovantes de quitação das obrigações decorrentes com a execução do contrato e manter durante o fornecimento dos produtos as condições de habilitação e qualificações exigidas.

8.5. Substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos fornecidos que não satisfazer a qualidade e condições previamente contratadas.

8.6. Ressarcir todos os prejuízos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante o fornecimento dos produtos, objeto do presente contrato, não excluindo ou realizando essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município.

8.7. Não utilizar mão de obra infantil, ou a utilizar conforme ditames da Lei Federal nº Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999.

8.8. O objeto deste contrato deverá ser fornecido de forma parcelada. A entrega deverá ser nas condições e prazos previstos no presente contrato e no Termo de Referência.

9. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ

9.1. Fornecer a orientação para a melhor execução do contrato, em especial a forma de fornecimento dos produtos.

9.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento dos produtos.

9.3. Fazer os pagamentos devidos mediante as faturas, que deverão ser por ele conferidas.

9.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.5. Exercer fiscalização e supervisão do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado, podendo sustar, recusar o produto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste Termo;

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. As despesas decorrentes do contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

REDUZIDO	FONTE DE RECURSO	DOTAÇÃO - ELEMENTO DE DESPESA
974	1.500.95	02.06.02-3390.30.00-10.301.0037-2.119
723	1.600.99	02.06.01-3390.30.00-10.301.0037-2.411
802	1.621.99	02.06.01-3390.30.00-10.302.0040-2.138

10.2. O pagamento será efetuado pelo Município de Muriaé no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s) à execução do serviço ou fornecimento, acompanhada(s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



11. FISCALIZAÇÃO

O Gestor da Ata é responsável pela promoção das medidas necessárias à fiel execução das condições contratualmente previstas que será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde, para tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste. A entrega dos itens licitados será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do Município, através das Secretarias Municipais, a qual designara a servidora Marina Talita Moraes de Andrade para atuar como fiscal responsável pela execução da presente Ata.

12. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será definido conforme o disposto no caput do Art. 84 da Lei 14.133/2021, que estabelece que "o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso". O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será utilizado, em caso de prorrogação, como índice de reajuste. Além disso, conforme o parágrafo único do mesmo artigo, "o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas".

13. GARANTIA PRODUTO

O período de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

14. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO

14.1. O valor desta Ata será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

14.2. Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, de acordo com a variação acumulada ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

15. SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

15.1.1. Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato;

15.1.2. Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



- 15.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 15.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023:

- 15.2.1. Advertência;
- 15.2.2. Multa;
- 15.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3. Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.4. A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/2021 será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

15.4.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023.

15.4.2. A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

15.4.3. O valor das multas aplicadas deverá seguir os percentuais estipulados, bem como ser executado na forma prevista no Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023.

15.5. A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, IV, V e VI do caput do art. 8º do Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, IV, V do caput do art. 9º do Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



15.7. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

15.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

15.10. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16. MODELO DE GESTÃO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo um documento vinculativo e obrigacional que caracteriza compromisso para futura contratação (Art. 6º, XLVI).

16.2. A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designado(s), conforme o Art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a responsabilidade do órgão ou entidade gerenciadora (Art. 6º, XLVII).

16.2.1. O fiscal da ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, sejam elas administrativas ou técnicas, determinando o que for necessário para regularizar falhas ou defeitos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, conforme o Art. 117, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2.2. O fiscal deverá verificar a conformidade dos itens entregues em relação ao que foi pactuado na ata, sem perda da qualidade, e comunicar à autoridade responsável para que esta promova adequações conforme necessário, respeitando os limites de alteração de valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2.3. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com a documentação da contratada, que deve conter a relação detalhada dos itens, incluindo quantidades e especificações técnicas (Art. 6º, XLVI).

16.2.4. O fiscal da ata informará a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Art. 117, §2º, Lei nº 14.133/2021).

16.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, conforme o Art. 115, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

16.4. O fornecedor será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, o objeto da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução (Art. 119, Lei nº 14.133/2021).

16.5. O fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata, e essa responsabilidade não será excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pelo contratante (Art. 120, Lei nº 14.133/2021).



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



16.6. Somente o fornecedor será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata (Art. 121, caput, Lei nº 14.133/2021).

16.6.1. A inadimplência do fornecedor em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata (Art. 121, §1º, Lei nº 14.133/2021).

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS

17.1. É parte integrante do presente Termo de Referência o Gerenciamento de Riscos constante do Anexo I – GERENCIAMENTO DE RISCOS, o qual também integrará o Contrato Administrativo celebrado.

18. DA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO PÚBLICO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Nos termos do art. 86, §1º da Lei 14.133/2021 c/c art. 8º, §3º do Decreto Municipal nº 12.335 de 10 de novembro de 2023, a realização do procedimento público de intenção de registro de preços é dispensável quando a Administração for a única contratante, firmando o entendimento de que a realização do aludido procedimento é uma discricionariedade do Poder Público. Dessa forma, considerando a incapacidade operacional deste órgão em eventualmente gerir uma ata de registro de preços com vários participantes, torna-se inviável a realização do procedimento público de IRP.

19. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à futura e eventual aquisição de peças para manutenção de equipamentos odontológicos e instrumentos de uso, para constar como anexo ao edital.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025
ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

À
Prefeitura Municipal de Muriaé
Setor de Licitação

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos produtos referente ao objeto da presente licitação na modalidade Pregão, na Forma Eletrônica, nº 050/2025 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR):

Ite m	Códig o	Quan t	Un	Descrição	Marca/ Modelo	V. Unitário	V. Total

O valor total proposto é de R\$ _____ (por extenso)

Prazo de entrega: A entrega deverá ocorrer em até 10 (DEZ) dias úteis a partir do envio da Autorização de Fornecimento e da guia de distribuição.

Local de Entrega: Conforme Termo de Referência

Horário de entrega: Seg. a Sexta, das 7h30 às 11:30 h e das 13h às 17h.

Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura (inclusive arquivo XML – Nota Fiscal Eletrônica) pela Contratada que deverá corresponder aos serviços prestados devidamente atestada pelo setor competente.

Validade da proposta: 60 dias corridos.

OBS: No preço correspondente à Proposta Econômica estão contidos todos os custos, lucros e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, fretes, combustível, embalagens, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Edital e seus Anexos.

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO

DADOS DA EMPRESA PROPONENTE:

Razão Social:

CNPJ sob nº:

Endereço Completo:

Fax:

Telefone:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS:

As empresas licitantes poderão indicar os dados do representante legal ou sócio que será responsável pela assinatura do Contrato, contendo os seguintes dados: Nome Completo, Documento de Identidade e órgão expeditor, CPF, Endereço completo inclusive CEP, Profissão e Estado Civil.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



Empresa Proponente
Representante legal da empresa



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025

ANEXO III

TERMO DE ADESÃO



TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - LICITANTE

Razão Social:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
ME/EPP: Sim	
Representante Legal:	RG:
Email:	CPF:
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	

***o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa**

Por meio do presente Termo, o Representante Legal do Licitante especificado acima concorda com o Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras, do qual declara ter pleno conhecimento e está em conformidade com as disposições que seguem:

1. São responsabilidades do Licitante:

- I. Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- IV. Designar Representante Legal como responsável perante a Bolsa Nacional de Compras; e
- V. Pagar taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

2. O Licitante reconhece que a utilização do Sistema Eletrônico de Licitação implica no pagamento de taxas de utilização, conforme regras previstas no Anexo III do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



3. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do Regulamento.

4. O presente Termo de Adesão é válido por termo indeterminado, podendo ser rescindido ou revogado a qualquer tempo pelo Licitante, mediante comunicação expressa.

5. A rescisão do presente Termo não isenta o Licitante de quaisquer ônus devidos à BNC referentes ao seu período válido.

Local e data: _____/____ de _____ 20____.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025

ANEXO IV

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA



FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

PARA FORNECEDORES:

6. Pela utilização dos produtos e serviços mencionados, a BNC apresenta os seguintes planos de cobrança:

PLANO DE ADESÃO	A:	R\$ 98,10 única participação por instrumento convocatório.
PLANO DE ADESÃO	B:	R\$ 153,00 (mensal)
PLANO DE ADESÃO	C:	R\$ 432,00 (trimestral)

7. A escolha dos planos se dá por ação do usuário no Sistema, na tela de Configurações de Plano e Cobrança, selecionando o plano desejado e confirmando a opção. O ação só pode ser realizada pelo usuário Representante Legal da empresa Licitante, após autenticação por login e senha previamente cadastrados.

8. Os valores são apresentados pelo Sistema na tela de escolha dos planos. A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio, apresentando uma nova tabela de cobrança.

9. O não pagamento das cobranças mencionadas acima sujeitam o Licitante ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e outros) e cadastro dos inadimplentes da BNC, além da automática desativação do Licitante e todos os seus acessos.

10. Os planos B e C tem opção de renovação automática.

11. A liberação de acesso ao sistema se dará mediante:

I. Validação de documentação anexada ao sistema, com reconhecimento de firma ou assinatura digital do representante legal da empresa e procurações (se necessário);

II. Em caso de escolha de plano por período, deverá ser confirmado seu pagamento pela BNC. Esta verificação pode ser feita por meio do envio de comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br;

III. A liberação ocorrerá em até 24 horas;

IV. Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

V. A documentação exigida pela BNC é para fins de cadastro na plataforma e não aos processos licitatórios. .

Local e data: _____/_____/20____.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025

ANEXO V

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Muriaé, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025, sendo a empresa neste ato representada pelo Sr. _____, CPF nº _____,

1 - Declaro, sob as penas da Lei que em cumprimento ao disposto na Lei Municipal Nº 5.446/2017 e suas posteriores alterações, não possuímos condenações em nome da empresa e nem de seus sócios em processos criminais transitados em julgado por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação ou fraude de concorrências, formação de quadrilha, ambientais, contra a vida, contra o patrimônio, lavagem de dinheiro, ou quaisquer outros crimes relacionados à malversação de recursos públicos.

2 - Declara, sob as penas da Lei, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

3 - DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4 - DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui em seu Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso VI ao art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021. Obs.: () Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

5 - DECLARA, sob as penas da Lei, que tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital e a fornecer produtos de qualidade, sob as penas da Lei.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



6 - DECLARA, para os devidos fins licitatórios que NÃO possui impedimentos e vedações de participação e contratação pelos motivos dispostos no Art. 33 da Lei Orgânica Municipal e não incursa nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7 – DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do Parágrafo 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada Lei.

(___) Declaramos possuir restrição fiscal no (s) documento (s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, Parágrafo 1º da lei Complementar nº 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8 – DECLARA o cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9 – DECLARA, estar organizada em cooperativa **(se for o caso)**, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

10- DECLARA, sob as penalidades da lei e sob pena de desclassificação que, suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do § 1º, do inciso IV, do Art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021 e em outras normas específicas.

11- declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021). - O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, obriga a apresentação dessa declaração.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025

ANEXO VI

MODELO: Declaração de Condição de ME ou EPP e cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

(inserir timbre da empresa)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação no processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do Parágrafo 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada Lei.

A - () Declaramos possuir restrição fiscal no (s) documento (s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, Parágrafo 1º da lei Complementar nº 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas em Lei.

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

B - Em observância ao art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que estamos cientes da norma estabelecida na legislação vigente, atendemos e não extrapolamos a receita bruta máxima admitida, conforme o disposto no art. 4º da referida Lei, conforme abaixo transcrito:

"Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

" Sem mais para o momento,

_____, ____ de _____ de 2025

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa)

Observação: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado, de forma que identifique a proponente.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ – MG

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 Tem como objeto através do Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças para manutenção de equipamentos odontológicos e instrumentos de uso, visando garantir o perfeito funcionamento e melhor atendimento aos pacientes atendidos nos Consultórios Odontológicos, no Município de Muriaé-MG.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
do								
TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

OU

3.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: 3.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços. Dos limites para as adesões

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços. Vedação a acréscimo de quantitativos

3.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: 4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



4.10. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos **do edital ou do aviso de contratação direta**, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa. 6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto Municipal nº 12.335, de 2023; ou



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 12.335, de 2023.

8.DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **no edital ou no aviso de contratação direta.**

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 3º, inc. XI, do Decreto Municipal nº 12.335, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 4º, inc. VIII, do Decreto Municipal nº 12.335, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.**

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



Muriaé, data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES



Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade